



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Emenda nº**

**Projeto de Lei nº 3.077,  
de 2008**

USO EXCLUSIVO

**AUTOR: Deputado Mário Heringer**

Dê-se ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 3.077, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º. ....  
.....

“Art. 20. ....

**§1º Para os fins do disposto no *caput*, a família do requerente, desde que vivam sob o mesmo teto, é composta por:**

**I – seu cônjuge ou companheiro;**

**II – seus pais e, na ausência deles, sua madrasta ou seu padastro, respectivamente;**

**III – seus irmãos com idade igual ou superior a dezesseis anos, desde que não tenham filhos menores de catorze anos; e**

**IV – seus filhos e enteados com idade igual ou superior a dezesseis anos, desde que não tenham filhos menores de catorze anos; e**

**V – menores tutelados com idade igual ou superior a dezesseis anos.**

.....” (NR).

### **JUSTIFICAÇÃO**

O que o §1º define não é o conceito de família em si, mas sim o conceito de família para os fins do disposto no *caput* do art. 20 da Lei nº 8.742/93, o qual lista as situações em que é garantido o recebimento de benefício continuado pela pessoa com deficiência e pelo idoso que não possua meios para prover sua própria manutenção ou não a tenha provida por sua família.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Emenda nº**

**Projeto de Lei nº 3.077,  
de 2008**

USO EXCLUSIVO

**AUTOR: Deputado Mário Heringer**

Assim, parece-nos adequado que o próprio requerente seja retirado do rol dos que compõem a família, vez que se o mesmo for capaz de prover seu sustento, ele é automaticamente excluído do direito ao benefício.

De outra forma, achamos justo não incluir entre os membros da família cuja soma das rendas deve ser considerada para prover a manutenção das pessoas com deficiência e dos idosos, os irmãos e filhos com idade igual ou inferior a dezesseis anos – idade mínima definida constitucionalmente para o trabalho juvenil fora da condição de menor aprendiz – e aqueles com idade acima de dezesseis anos que tenham filhos menores de catorze anos – idade mínima para o trabalho do menor aprendiz.

Pelo mesmo motivo, não nos parece equilibrado que os menores tutelados com idade inferior a dezesseis anos sejam computados entre aqueles a quem compete manter financeiramente familiares com deficiência ou idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

Por fim, como a pré-condição geral para a concessão do benefício continuado é a de o requerente possuir renda familiar mensal per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo. Juntamente a essa, há duas pré-condições excludentes: que o requerente seja portador de deficiência ou que seja idoso. Pois bem, não há porque submeter um idoso a perícia médica para comprovar as condições prévias que lhe garantem o direito ao benefício. Basta que o mesmo comprove sua idade – por meio de documentação pessoal – e sua renda familiar. Por esse motivo, a presente emenda pretende tornar menos equívoco o texto da Lei nº 8.742/93.

Sala das Comissões,            de maio de 2008

**Dep. Mário Heringer**  
**PDT/MG**